

Governo não retoma negociação agora

Da sucursal de
BRASÍLIA

O governo brasileiro não tem pressa em reiniciar a renegociação da dívida externa com a comunidade financeira internacional, pois "o tempo trabalha a favor dos devedores". A afirmação foi feita ontem pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvães, em conversa informal com jornalistas financeiros durante almoço de posse de seu novo coordenador de Comunicação Social, jornalista Luiz Wilton Guerreiro.

O ministro Ernane Galvães observou que recentemente o México obteve um empréstimo-ponte de US\$ 3,8 bilhões com condições de prazo e pagamento um pouco melhores do que até então havia sido conseguido pelo Brasil. Na avaliação do ministro, é possível que isso tenha acontecido pela própria conscientização da comunidade financeira internacional de garantir melhores condições para os países devedores.

Por enquanto, o Brasil acompanha os debates sobre a explosiva dívida dos países em desenvolvimento, e vai catalogando as idéias. A estratégia de renegociação deste ano não está montada, conforme Galvães, mesmo porque o Brasil não está sendo pressionado a isso antes da hora. O ministro observa, porém, que a moldura da negociação vai ser a mesma, isto é, de "harmonia" entre as partes envolvidas.

Segundo o ministro, é preciso

deixar claro em primeiro lugar que boa parte da decisão sobre a renegociação "está do lado de lá". E que existem basicamente duas formas de tratar da questão: negociar ou confrontar. O Brasil mantém a primeira, mesmo porque Galvães ressalva a "coincidência de interesses com os credores".

POLÍTICA INTERNA

Mas o importante mesmo, observa o ministro, é que o Brasil não tenha pressa. Não chegou o momento de negociar, e além disso o esquema montado para este ano está permitindo que as autoridades econômicas, ao contrário do ano passado, dêem mais atenção à política interna. E isso é importante, na medida em que a "arrumação da casa" poderá aumentar o poder de barganha do Brasil nas novas negociações.

A política de combate à inflação, nesse contexto, é fundamental e a ela o governo dará toda a ênfase. O ministro da Fazenda admite que esperava que a inflação já tivesse caído antes, mas o governo não conseguiu vencer a alta dos preços agrícolas. Com o início da safra, em junho, Galvães acredita que finalmente a sociedade verá cumpridas as promessas governamentais, de declínio da taxa inflacionária.

As propostas em discussão na comunidade bancária internacional, a respeito da dívida dos países em desenvolvimento, vêm sendo atentamente acompanhadas, observou

Galvães. A capitalização dos juros não é idéia nova, revelou ele. Há dois anos, o Brasil apresentou essa proposta aos banqueiros, mas na época não havia clima para sua aceitação.

A taxa ideal de juros internacionais para o Brasil, conforme o ministro da Fazenda, seria de 7%. No entanto, se a taxa estiver em 12,5%, não adianta "chorar ou espernear". De qualquer modo, observou ele, existe uma defasagem de seis meses entre a elevação da taxa e seu efeito sobre a dívida brasileira. E, até lá, é possível que a taxa tenha retrocesso.

SALDO COMERCIAL

Mesmo uma nova elevação da taxa de juros internacionais não implicará a necessidade de recursos adicionais para o fechamento do balanço de pagamentos, segundo Galvães. Ele argumenta que o programa externo deste ano foi feito com uma margem de folga para ajustar as contas e as eventuais surpresas. Além disso, embora colocando no papel uma expectativa de saldo comercial de US\$ 9,1 bilhões, o Brasil espera mesmo mais de US\$ 10 bilhões.

Para o ministro da Fazenda, a política de ajustamento do balanço de pagamentos é correta, apesar de o País ficar dois ou três anos sem poupança externa. Ele negou enfaticamente que o governo tenha controlado as importações. O que aconteceu, na sua avaliação, foi que o governo adiou o quanto possível a recessão.



Arquivo

Galvães: tempo trabalha a favor dos devedores